

ANAIIS



SEMANA DA CONTABILIDADE 2023

2ª Edição

Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do
Acarau – UVA

ISSN 3086-0695



Semana da EDITORIAL Contabilidade

12/2023
ISS



“Contabilidade e o Impacto da Inovação Sustentável e Tecnológica”





A Revista Semana da contabilidade é uma publicação científica aberta, independente e publicação anual, no mês de outubro de cada ano, como fruto das publicações de trabalhos científicos aprovados durante a Semana da Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral -CE.

O seu principal objetivo é veicular artigos científicos inéditos resultantes de pesquisas acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação que contribuam para o enriquecimento das Ciências Sociais Aplicadas envolvendo a Contabilidade e Gestão, pública ou privada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ
Izabelle Mont’Alverne Napoleão Albuquerque (Reitora)
Francisco Carvalho de Arruda Coelho (Vice-reitor)

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Jônia Tércia Parente Jardim Albuquerque

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Antônio Glaudenir Brasil Maia José Edmar Lima Filho

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Raimundo Inácio Neto (Diretor)

COORDENAÇÃO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Luciene Santos Lima (Coordenadora)

CENTRO ACADÊMICO PADRE SADO - CACIC
José Teixeira Lopes Filho (Presidente em 2023)

ANAIS SEMANA DA CONTABILIDADE

COORDENAÇÃO GERAL
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque*

EQUIPE EDITORIAL
Luciene Santos Lima*
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo*

CONSULTORIA TÉCNICA
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque*
Ana Clara dos Santos *
Maria Socorro de Araújo Dias*
Lielma Carla Chagas da Silva*



CONSELHO EDITORIAL INTERNO

Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino*
Cristina Maria Nunes de Souza*
Felipe Félix Sousa*
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo*
Francisco Apoliano Albuquerque*
Francisco José Carneiro Linhares*
Francisco Alves de Souza Neto*
Geovanne Dias de Moura*
Helena Maria Oliveira Lima*
Hugo Magalhães Camelo*
Israel Lucas de Oliveira Aguiar*
José Ireland Meneses Oliveira*
Kercia Maria de Sá Moraes*
Luciene Santos Lima*
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque*
Marcia Moraes de Melo*
Marta Célia Chaves Cavalcante*

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Prof. Dr Fellipe Matos Guerra
Prof Jurandir Picanço
Profa. Doutoranda Raquel Araújo
Profa. Doutoranda Vânia Borgerth

CONSELHO CIENTÍFICO

Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino*
Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo, *
Luciene Santos Lima*
Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque*

APOIO

Centro Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis*
Edições UVA, Imprensa Universitária*
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)*

* Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA, Brasil

SUMÁRIO

A Contabilidade de Custos como Ferramenta Estratégica para Tomada de Decisão nas Empresas. Lara Peres de Freitas; Francisco Adailson do Nascimento; Gabriela Ximenes Paica; Geovana Ávila Cruz; Francisco Apoliano Albuquerque	7
A Empresa Júnior como Projeto de Extensão: Empresa Júnior de Consultoria Contábil (Contar - UVA). Gabrielly Pereira Viana; Bianca Gertrudes Ponte; Luciene Santos Lima .	8
A Empresa Júnior e a Contribuição na Formação Profissional. Igor Aparecido Matos de Araújo; Pablo Victor Rocha Albuquerque, Luciene Santos Lima	9
A Empresa Júnior e a Estrutura Organizacional: Empresa Júnior de Consultoria Contábil -Contar-UVA). Mariana Ribeiro Lima; Virna Kiana Faustino Lauriano; Luciene Santos Lima	10
A Empresa Júnior e as Redes Sociais: Empresa Júnior de Consultoria Contábil (Contar - UVA). Francisco Cristiano Pereira de Sousa; João Victor das Chagas Lima; Luciene Santos Lima	11
A Ética do Contador no Serviço Público. João Victor Coelho Gomes; Ana Kerolayne Santos Lino; Fernanda Gomes de Farias; Francisco Kairon Silva Linhares; Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque	12
A Gestão de Estoque nas Empresas e sua Importância para a Liquidez do Negócio. Geovana Ávila Cruz; Ana Carina Cordeiro de Araújo; Maria Fernanda de Sousa Queiroz; Mariana de Sousa Lima; Francisco Apoliano Albuquerque	13
A Implicação dos Atos e Fatos Administrativos Manipulados na Constituição do Orçamento Público. José Teixeira Lopes Filho; Thalita Vasconcelos Nobre; Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque	14
A Relação da Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas com a Baixa Arrecadação de Tributos nos Municípios Cearenses. Ana Karol Fernandes Bezerra; Antônio Iran Rocha Nascimento; Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque	15
A Relevância do Marco Regulatório no Fomento dos Termos de Parcerias e Convênios entre as OSC's e o Poder Público. Francisco Daniel Felinto Oliveira; Bianca Maria Manço da Silva; Cristina Nunes	16
A Violência contra a Mulher como Projeto de Extensão: em Defesa da Mulher - Protagonismo Feminino e o Enfrentamento da Violência de Gênero. Francisco Marklean de Albuquerque Souza; Ana Clara dos Santos; Helena Mara Oliveira Lima	17
Alocação de Recursos Financeiros para os Estados Brasileiros no Combate À Covid-19 no Período de 2020 e 2021. Francisco Eduardo dos Santos Costa; Vinícius dos Santos Araújo; Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	18

Análise da Produção Acadêmica sobre Controle Interno no Âmbito do Setor Público Brasileiro. Ana Clara dos Santos; Maria Ingrid Albuquerque Sales; Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	19
Análise dos Mecanismos Constantes no RREO sob o Prisma dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis da UVA. Débora Rodrigues Monteiro Teixeira; Davi Teixeira Viana; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	20
Caso Americanas e o seu Impacto no Mercado de Capitais. Noely Barros de Castro; Eduardo Batista do Nascimento; Gabrielly Pereira Viana; Francisco José Carneiro Linhares	21
Concentração Versus Política de Dividendos: Estudo nas Empresas Listadas na B3. Joely Ribeiro Liberato; Ana Yorrana Lima dos Santos; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	22
Conselho de Administração e Acionistas Controladores. Virna Melo Matos; Adriano Pereira Magalhães; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	23
Contratação Emergencial à Luz da Lei Nº 13.979/2020: Análise da Flexibilização nos Municípios Cearenses. Adriano Pereira Magalhães; Neila Maria Ferreira Santana; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	24
Covid-19 e os Cofres Governamentais: uma Análise do Impacto da Pandemia nas Finanças Públicas da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. Ariely Romana Gamileira Souza; Francisca Sarah Jamilly Freire Soares; Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque	25
Custos Aplicado a partir do Plano Plurianual do Estado do Ceará. Maria Luzia Barrozo; Maria Gabriela Mesquita do Nascimento; Isadora Marques de Brito; Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque	26
Diferença de Empresas Sustentáveis e não sustentáveis. Alan Romão dos Santos; Francisco Victor de Vasconcelos; Luana Lívia Marques de Lima; Thays do Nascimento Xavier; Francisco Apoliano Albuquerque	27
Fatores de Governança Versus Recursos em Educação. Dhane Kelem Nascimento Rodrigues; Débora Martins Dias; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	28
Governança Corporativa e Qualidade das Informações Contábeis. Ana Clara dos Santos; Antônia Carliane da Silva; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	30
Governança, Transparência e Despesas com Saúde. Maria Caroline Carvalho; Ana Luenda Alves Lima; Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo	31
Orçamento Público como Mecanismo de Planejamento para a Gestão. Antônio Oliveira Mendonça Neto; Elisabeth Nascimento Viana; Francisca Jaíne Rodrigues Paiva; Lidiane Lima Paiva; Francisco Apoliano Albuquerque	32
Sustentabilidade no Capitalismo: uma Análise dos Aspectos Político-Econômicos, Estruturais, Sociais e Culturais na Contemporaneidade. Lia Hellen Martins de Sousa; Maria Laura Souza Neri Portela; Juliana Pereira da Silva; Ana Clara dos Santos; Francisco Apoliano Albuquerque	34



Sustentabilidade Socioambiental e sua Integração no Planejamento Estratégico Empresarial. Francisco Yuri Matos Silva; Heber Lucas da Costa Linhares; Kauan Harley Vasconcelos; Pâmylla Kelly de Asevedo Mesquita; Kércia Maria de Sá Morais 35

Tecnologia e Inovação na Contabilidade. Antônio Pimenta Cavalcante Júnior; Emanuel Rhobert Alves Carneiro; Emerson Silva Lopes; Maria Betangela Pereira de Sousa Melo; Francisco Apoliano Albuquerque 36

Tecnologia e Inovação na Contabilidade rumo a uma Profissão Transformada. Nicolas Thierry Da Silva Macena; Joely Ribeiro Liberato; Rejane Caetano Ferreira; Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque 37



A Contabilidade de Custos como Ferramenta Estratégica para Tomada de Decisão nas Empresas

Lara Peres de Freitas - laraperexx19@gmail.com

Francisco Adailson do Nascimento - adailsondepfiscal@gmail.com

Gabriela Ximenes Paiva - gabrielinhaxpsq@gmail.com

Geovana Ávila Cruz - geovanaavilaeep@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisco Apoliano Albuquerque - oraculo49@yahoo.com

Docente da UVA

Introdução: Nas últimas décadas, a contabilidade tem experimentado uma transformação notável, impulsionada pelo avanço constante da tecnologia, e a necessidade de se adaptar a um mundo empresarial cada vez mais competitivo, exigindo então que o profissional da área contábil esteja sempre atualizado e preparado para a tomada de decisões. Nesse contexto, estas decisões devem estar baseadas em informações precisas e confiáveis para que nenhuma delas comprometa a continuidade e estabilidade da empresa. A contabilidade de custos, fruto dessa inovação, se tornou uma ferramenta fundamental para que os contadores consigam realizar seus objetivos com estratégia e êxito. **Objetivo:** Demonstrar a relevância da contabilidade de custo como ferramenta estratégica no processo decisório empresarial. **Metodologia:** Abrangeu um levantamento bibliográfico e análise qualitativa. **Resultados e Discussões:** Foi possível constatar que a contabilidade de custo busca analisar, interpretar e fornecer informações sobre custos, gastos, perdas, desembolsos, lucro ou prejuízo e formação adequada da precificação para auxiliar na administração das empresas sejam elas comerciais, industriais ou de serviços. Assim, a contabilidade de custos pode ser considerada como um elemento fundamental na busca pela competitividade entre as empresas, pois, devido ao enorme contingente de informações que ela disponibiliza, é possível utilizá-la como instrumento estratégico para a definição do futuro do negócio, promovendo melhorias no desempenho dos produtos e processos e uma gestão estratégica e operacional mais consoante às exigências do mercado (Martins, 2010; Leone, 1997). Nesse contexto, os sistemas de custeio surgem como ferramentas de apuração e controle dos custos, são abordagens técnicas para a coleta, o tratamento e a análise de informações ligadas aos processos de gestão (Benedetto e Nikolay, 2021; Pereira, 2020). Santos (2018) destaca três tipos de métodos de custeio: custeio variável, custeio por absorção e custeio baseado em atividade. Através deles, é possível ter uma visão mais ampla sobre o impacto de cada produto ou serviço sobre as contas da empresa, e dessa forma, o gestor poderá tomar decisões com mais confiança. Diante disso, a contribuição que a análise de dados, dos livros, artigos e documentos analisados trouxe uma experiência nova e melhor. Os resultados apresentados no tema em questão e analisados têm pesos diferentes na nossa pesquisa e nas decisões que tomamos nas empresas. **Conclusões:** Por fim, pode-se concluir que a contabilidade de custos é uma ferramenta estratégica na tomada de decisões, pois colabora com a gestão empresarial, fornecendo informações úteis que se bem utilizadas podem propiciar o crescimento da empresa.

Palavras-chave: Tecnologia; Competitividade; Ferramenta Estratégica.

Área de Conhecimento: Contabilidade de Custo.



A Empresa Júnior como Projeto de Extensão: Empresa Júnior de Consultoria Contábil (CONTAR -UVA)

Gabrielly Pereira Viana - pgabrielly029@gmail.com

Bianca Gertrudes Ponte - biancaponte05@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Luciene Santos Lima - lima_luciene@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: Este artigo apresenta a extensão universitária estabelecendo a mediação entre teoria e prática, na perspectiva de uma troca de saberes na formação do aluno, destacando as atividades das empresas juniores, como estratégias de ensino teórico-prático, que extrapolam e complementam do conhecimento na sala de aula. **Objetivo:** Apresentar as ações de extensão universitária da Empresa Júnior de Consultoria Contábil (CONTAR) do Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, que proporcionou aos alunos a relação teórico-prática, de forma a desenvolver competências e habilidades importantes para atuação do profissional contábil. **Metodologia:** A realização deste estudo teve como base a abordagem qualitativa e a busca de dados, através da análise documental dos relatórios finais do projeto de extensão da CONTAR, apresentados ao final dos semestres de 2022.2 e 2023.1. **Resultados e Discussões:** Com as informações coletadas nos relatórios finais, verificou-se que a atuação dos alunos no projeto de extensão da empresa júnior, em estudo, geraram competências e habilidades na realização de atividades como: reformulação do estatuto da CONTAR, revisando sua missão, objetivos e estrutura dos cargos; criação e movimentação das redes sociais do projeto, que já alcança 1.176 seguidores, com conteúdo informativos da área contábil; apresentação de evento contábil, bem como, atendimento a sociedade através de um plantão de atendimento na universidade. **Conclusões:** Assim, com tais atividades a CONTAR apresenta um desempenho produtivo e qualitativo dos alunos participantes, contribuindo para formação profissional, através da participação ativa na Empresa Júnior, contribuindo no crescimento individual e no desempenho dos processos da extensão universitária.

Palavras-chave: extensão universitária; empresa júnior; formação profissional.

Área de Conhecimento: Contabilidade



A Empresa Júnior e a Contribuição na Formação Profissional

Igor Aparecido Matos de Araújo - igorworldcraft17@gmail.com

Pablo Victor Rocha Albuquerque - pvra44@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Luciene Santos Lima - lima_luciene@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: A presente pesquisa aborda a relevância da empresa júnior, sua caracterização e sua aplicabilidade na formação profissional do acadêmico. De acordo com a Lei nº 13.267/2016, uma empresa júnior é definida como uma organização constituída segundo a legislação, sob a forma de associação civil administrada por acadêmicos, regularmente matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o intuito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos membros, capacitando-os para ingressar no mercado de trabalho. **Objetivo:** Apresentar as contribuições que a empresa júnior proporciona aos acadêmicos, na experiência de teoria e prática, conforme a conceituação legal. **Metodologia:** Deste modo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a obtenção dos aspectos legais, com conceitos essenciais ao entendimento do assunto, bem como, foi desenvolvida uma pesquisa documental, por meio da análise do estatuto da Empresa Júnior de Consultoria Contábil (CONTAR) do Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, visando à coleta dos seguintes dados: missão e objetivos, de forma a identificar as habilidades e competências dos acadêmicos participantes de empresas juniores. **Resultados e Discussões:** Com os resultados obtidos, verificou-se que a CONTAR possui a missão de oferecer soluções contábeis adequadas, visando integrar acadêmicos e sociedade em geral, unindo teoria acadêmica à realidade prática contábil, destacando em seus objetivos o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica do acadêmico, bem como, dos demais participantes, por meio de cursos, eventos, palestras, jornadas e demais ações de extensão junto à comunidade. **Conclusões:** Conclui-se, desta forma, que as empresas juniores constituem um espaço promissor de aprendizado, como estratégias de ensino teórico-prático que extrapolam e complementam a sala de aula.

Palavras-chave: empresa júnior; formação profissional; CONTAR.

Área de Conhecimento: Contabilidade



A Empresa Júnior e a Estrutura Organizacional: Empresa Júnior de Consultoria Contábil (CONTAR - UVA)

Mariana Ribeiro - marianalimajufra@hotmail.com

Virna Lauriano - virnauriano@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Luciene Santos Lima - lima_luciene@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: O presente artigo tem como objetivo conhecer a estrutura organizacional das empresas juniores, pois a eficiência e eficácia das instituições dependem de seu alinhamento com o modelo de gestão. Para Vasconcelos e Hemsley (2002), a estrutura organizacional nada mais é do que o resultado de um processo em que ocorre a instituição de uma autoridade (quem deverá responder a quem). **Objetivo:** Verificar a estrutura organizacional e o modelo de gestão alinhados as atividades da Empresa Júnior de Consultoria Contábil (CONTAR) do Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caso, de caráter descritivo, quanto aos procedimentos técnicos, usou-se o bibliográfico e documental. **Resultados e Discussões:** Constatou-se que a empresa Júnior CONTAR, segundo o estatuto, apresenta como órgãos gestores: I – A Assembleia Geral; II – A Coordenação; III – A Diretoria Executiva; IV – O Conselho de Administração. A Diretoria Executiva da CONTAR é composta por 6 (seis) membros, eleitos em Assembleia Geral para mandato de 1 (um) semestre, podendo ser reconduzido por Assembleia, sendo respectivamente: 1(um) Presidente; 1(um) Vice-presidente; 1 (um) Diretor Administrativo; 1 (um) Diretor de Projetos; 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor de Marketing, Relações Públicas e Eventos, os quais ficarão sob a orientação dos professores coordenadores e membros da Empresa Júnior de Consultoria Contábil, apresentando uma estrutura formal e funcional. **Conclusões:** Concluindo-se que a CONTAR adota uma estrutura o tipo funcional, organizando assim suas atividades em departamentos especializados, que segundo Soares (2013), a estrutura formal surge de forma planejada e formalmente apresentada aos membros, possuindo poder legal instituído, alinhada as estratégias estabelecidas e tarefas rotineiras, por meio da melhoria contínua e modernização dos processos.

Palavras-chave: empresa Júnior; estrutura organizacional; CONTAR

Área de Conhecimento: Contabilidade



A Empresa Júnior e as Redes Sociais: Empresa Júnior de Consultoria Contábil (CONTAR - UVA)

Francisco Cristiano Pereira de Sousa - criistianodesousa@gmail.com

João Victor das Chagas Lima - victorchagas649@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Luciene Santos Lima - lima_luciene@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: O projeto de extensão da Empresa Júnior de Consultoria Contábil (CONTAR) do Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA tem a proposta de trabalhar questões relacionadas a integração da teoria acadêmica à realidade prática contábil, demandada pelas organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. **Objetivo:** Apresentar dados em relação a estratégia das redes sociais, especificamente o Instagram, utilizada pela CONTAR, para que as informações contábeis atinjam um maior público. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa, compreendendo levantamento das postagens nas redes sociais da CONTAR. **Resultados e Discussões:** Foram contabilizadas 118 publicações, com 1.176 seguidores no Instagram, tendo iniciado as postagens em 2017. Foi possível observar que dentre os temas postados, os eventos realizados pela CONTAR foram responsáveis pelo maior número de visualizações das postagens, seguida por postagens de treinamentos e oficinas, informações de contabilidade como Imposto de renda Pessoa Física (IRPF) e datas comemorativas, como o dia do Contador. **Conclusões:** Foi possível concluir que criar conteúdo relevante, usar hashtags direcionadas e interagir com os seguidores são estratégias essenciais para conquistar e fidelizar seguidores e interessados no assunto, sendo relevante implementar um plano de mídias sociais focado no Instagram, que pode trazer benefícios, aumentando o reconhecimento da empresa júnior e atraindo novos clientes.

Palavras-chave: projeto de extensão; empresa júnior; redes sociais.

Área de Conhecimento: Contabilidade



A Ética do Contador no Serviço Público

João Victor Coelho Gomes - joaovictorcoelhogomes748@gmail.com

Anne Kerolayne Santos Lino - annekerolaynesantoslino@gmail.com

Fernanda Gomes de Farias - fernandafaaarias@gmail.com

Francisco Kairon Silva Linhares - kaironsilva2001@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque - ludmila_apoliano@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: A ética é vista como o comportamento e ações relacionadas ao convívio social e aplica-se, especialmente, nas relações trabalhistas e organizacionais (Fortes, 2005, p.159). Este **Objetivo:** Explorar os impactos da conduta antiética por parte dos contadores no setor estatal, destacando as principais sanções delineadas pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) em 2021 e 2022, juntamente com um resumo das infrações predominantes e suas respectivas punições de acordo com o CRC do Rio Grande do Sul em 2014. **Metodologia:** Estudo com abordagem qualitativa baseada em autores como Eginiwin (2014), Jossy (2014), Maristela Giroto (2019), Camila Estéfani Krummenauer, (2020) e documentos do CRC e Conselho Federal de Contabilidade (2021 e 2022). O estudo revela a importância da ética na contabilidade e como a falta de integridade e confiabilidade pode prejudicar a reputação dos profissionais, afetando sua relação com empregadores e clientes. A introdução da NBC PG 01, aprovada em fevereiro de 2019, estabelece sanções éticas com base na gravidade das infrações, incluindo advertências reservadas, censuras reservadas ou públicas. Isso serve como um mecanismo coercitivo para impedir que ações antiéticas prejudiquem a reputação dos contadores e garante que aqueles que cometem tais atos enfrentem as devidas consequências. **Resultados e Discussões:** A pesquisa demonstra as infrações mais comuns em relação à ética profissional e suas penalidades no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande de Sul (CRC-RS), incluindo a emissão de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (DECORE) sem base legal, que pode resultar na suspensão do exercício profissional; a negligência na elaboração da escrituração contábil ou contrato de prestação de serviços, com multas correspondentes a cinco anuidades, advertências reservadas e censuras (públicas ou reservadas) e, por fim, a apropriação indébita, que pode levar à suspensão de seis meses a um ano. **Conclusão:** O estudo destaca a importância das práticas éticas dos contadores no setor público, uma vez que a falta de integridade pode acarretar sanções e penalidades, conforme evidenciado nos documentos do CRC. Isso enfatiza a necessidade de manter altos padrões éticos na profissão contábil, a fim de preservar a integridade da contabilidade no setor estatal e a confiança do público.

Palavras-chave: Ética, Setor público, Contabilidade.

Área de Conhecimento: Contabilidade Pública.



A Gestão de Estoque nas Empresas e sua Importância para a Liquidez do Negócio

Geovana Ávila Cruz - geovanaavilaeep@gmail.com

Ana Carina Cordeiro de Araújo - a.carina008@gmail.com

Maria Fernanda de Sousa Queiroz - fernandaq137@gmail.com

Mariana de Sousa Lima - maril226970@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisco Apoliano Albuquerque - oraculo49@yahoo.com

Docente da UVA

Introdução: O estoque é um agente essencial para as empresas, sejam elas comerciais ou industriais, pois ele permite realizar o atendimento contínuo dos clientes, com um mínimo de risco de preocupação para as empresas (Jeronimo e Dittrich, 2012; Kirchof, 2005). Dessa forma, a gestão de estoque se faz necessária, no cenário empresarial, para que haja o controle da entrada, da saída e do armazenamento das mercadorias, de modo a atender as prioridades gerenciais e manter a saúde financeira do negócio (Rocha e Fontes, 2017). **Objetivo:** Descrever acerca de conceitos e noções relacionados à gestão de estoque e identificar a sua importância para a liquidez do negócio. **Metodologia:** Possui uma abordagem qualitativa bibliográfica, buscando fundamentar a pesquisa com pensamentos de estudiosos do assunto. **Resultado e discussões:** constatou-se que a gestão de estoque se inicia a partir da compra das mercadorias e da verificação da nota fiscal, para garantir que não há nenhuma controvérsia, após a conferência do pedido e a constatação da sua conformidade, é feito o seu cadastramento e a sua liberação para a contabilização, na rubrica estoque, para posterior revenda (Magalhães *et al*, 2022), ou seja, a gestão de estoque acompanha todas as movimentações do ciclo operacional. Além disso, Dias (2010) estabelece alguns princípios básicos sobre controle de estoque para orientar o gestor no processo, são eles: determinar quando reabastecer o estoque e o quê e quanto de estoque é necessário, saber controlar os materiais estocados em termos de quantidade e valor, identificar e retirar os itens obsoletos e manter inventários periódicos sobre a condição dos materiais. Tais medidas permitem a mensuração correta do estoque, evitando custos elevados, associados à falta de material, e até a perda de clientes. Ademais, com a difusão dos computadores, surgiram sistemas integrados de gestão, aplicados aos estoques, que auxiliam e agregam mais valor ao processo (Martinelli; Dandaro, 2015). Em relação à liquidez, esta visa mensurar a capacidade financeira do negócio. Então, quanto mais racional for a gestão de estoque, melhores serão as vendas e consequentemente o reforço do caixa (Kirchof, 2005). **Conclusão:** A gestão de estoque é fundamental para mensurar corretamente a necessidade de material nas empresas, reduzir os custos, além de garantir vantagens competitivas e melhores condições de liquidez.

Palavras-chave: Estoque; Controle de Estoque; Custos

Área de Conhecimento: Contabilidade de custo



A Implicação dos Atos e Fatos Administrativos Manipulados na Constituição do Orçamento Público

José Teixeira Lopes Filho - josefilho1@gmail.com

Thalita Vasconcelos Nobre - thalita.nobre15@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque - ludmila_apoliano@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: Verifica-se na Contabilidade Pública a ocorrência de atos e fatos administrativos que impactam no sistema orçamentário e na composição patrimonial das organizações públicas. Infere-se ainda que, quando esses ocorridos são manipulados, podem interferir na legitimidade do orçamento público, visto que induzem à não veracidade de informações contábeis e à improbidade administrativa, ocasionando fraudes de informações. **Objetivo:** Analisar os efeitos e riscos causados pela manipulação dos atos e fatos administrativos e a forma como isso compromete o planejamento do orçamento público. **Metodologia:** Para isso, adotou-se a pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica com análise de fontes científicas e com a conciliação de estudos referentes à temática explorada. **Resultados e discussões:** Ao analisar os resultados da pesquisa, destacam-se os seguintes fatos: a) Quando os atos e fatos administrativos não são bem fundamentados, valores diferentes da realidade podem ser incluídos no orçamento visto que a escrituração contábil fica suscetível a erros. Assim, o orçamento deve ser fundamentado no princípio da Universalidade, ou seja, todas as receitas e despesas devem ser registradas corretamente na estrutura orçamentária do exercício financeiro (Moraes, 2011, p. 12); b) Orçamentos manipulados e/ou com informações inconsistentes ocasionam a distribuição inadequada dos recursos, lesando a função distributiva da economia pública que promove o ajustamento da distribuição de renda e da oferta de bens e serviços de modo que os mais desfavorecidos financeiramente tenham acesso a oportunidades de crescimento (Pacelli e Gartner, 2017); c) Por fim, as futuras decisões públicas tornam-se suscetíveis a erros, visto que o orçamento é um dos instrumentos capazes de gerar as informações que auxiliam no processo de tomada de decisões de governantes e a implicação de dados manipulados geram incertezas econômicas (Brumby; Robinson, 2005; OECD, 2005). Desta forma, é necessário que os atos e fatos administrativos sejam rigorosamente fiéis à realidade. **Conclusão:** Percebendo a relevância do orçamento para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, as informações contidas na pesquisa reforçam a necessidade da clareza e veracidade dos atos e fatos administrativos que causam efeitos e riscos no orçamento público e que consequentemente afetam as políticas que auxiliam na garantia dos direitos dos cidadãos, evitando-se, assim manipulações.

Palavras-chave: Orçamento público; Manipulação; Recursos

Área do conhecimento: Contabilidade Aplicada ao Setor Público



A Relação da Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas com a baixa Arrecadação de Tributos nos Municípios Cearenses

Ana Karol Fernandes Bezerra - karolfb203@gmail.com

Antonio Iran Rocha Nascimento - iran.rocha1225@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque - ludmila_apoliano@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: O presente trabalho expõe o tema da Relação da Deficiência Crônica na Gestão das Finanças Públicas com a Baixa Arrecadação de Tributos nos Municípios Cearenses e tem como objetivo geral analisar o motivo pelos quais uma parte dos municípios do Estado do Ceará estão apresentando déficit nos seus Orçamentos Públicos. A grande maioria dos municípios do Estado do Ceará utilizam, ao longo de um ano, muitos mais recursos do que arrecadam. Este problema faz com que, para o funcionamento das atividades, seja necessário que as gestões municipais fiquem dependentes, em grande parte, de repasses estaduais e federais. **Objetivo:** Pretende-se inserir a discussão no contexto de quais providências os gestores dos municípios possam adotar para transformar e reverter seu perfil deficitário, de modo que consigam contornar os principais desafios presentes em sua região. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada com base em estatísticas de sites governamentais, pesquisas bibliográficas de Franklin Santos (2011), Euvaldo Marques (2015), Cláudio Oliveira (2017), Gilney Ferreira (2017), Alessandra Dallaverde (2013) e também na arrecadação tributária do ano de 2020 da Região do Sertão de Sobral, com 18 municípios (Ipecedata, 2020), como exemplo. **Resultados:** Como principais resultados, esta região, com destaque para Sobral que historicamente apresenta um desenvolvimento maior em diversos setores da economia, os dados mostram que tributos como o IPTU e ITBI da maioria dos municípios não chega nem mesmo aos R\$ 200.000,00, o que se for verificado não corresponde a 25% do valor destinado a alimentação escolar de alguns municípios da mesma lista. Na região utilizada como exemplo, apenas Sobral, Cariré e Forquilha mostraram valores mais elevados de arrecadação tributária, seja de IPTU, ITBI, entre outros. Esta deficiência de arrecadação acaba trazendo a dependência de recursos externos. **Conclusão:** Conclui-se que de fato a grande maioria dos municípios cearenses não conseguem arrecadar nem uma parte considerável do que deveriam com impostos, a título de exemplo: IPTU, ISS e ITBI, assim necessitando, essencialmente, de repasses externos para realizar suas atividades. Finalizando este resumo, constata-se que medidas são necessárias para reverter esta situação em que diversos municípios se encontram, seja através de atualização cadastral dos atuais e futuros contribuintes ou pela ampliação da fiscalização e dos incentivos ao pagamento dos impostos municipais.

Palavras-Chave: Finanças Públicas; Arrecadação Tributária; Déficit de Arrecadação.

Área de Conhecimento: Finanças Públicas



A Relevância do Marco Regulatório no Fomento dos termos de Parcerias e Convênios entre as OSC's e o Poder Público

Francisco Daniel Felinto Pereira - danielcontab2019@gmail.com

Isla Gabriela Bento de Sousa - Islagabriela821@gmail.com

Bianca Maria Manço da Silva - bmmanco@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Cristina Nunes - tininhajlms@hotmail.com

Docente da UVA

Introdução: A Lei nº13.019/14 denominada como “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC”, vigorada em 23 de janeiro de 2016, surge para atuar no fomento de parcerias firmadas com a União, Estados e o Distrito Federal, trazendo importantes definições e regras para esse processo de captação de recursos entre as OSC's e a administração pública (Guia do MROSC, 2019). **Objetivo:** Investigar a efetividade da implantação do MROSC, a fim de descobrir se sua implementação trouxe facilidades ou dificuldades para o processo de captação de verbas destinados as Organizações da Sociedade Civil (OSC's) através de leis de incentivo juntamente ao Poder Estatal. A **metodologia** utilizada envolve uma abordagem qualitativa realizando uma revisão abrangente de pesquisas bibliográficas pautadas em autores como Cazumbá (2019). Os **resultados e discussões** dessa apuração demonstram que a implementação do MROSC, trouxe sobretudo, benefícios para as instituições, sendo o principal deles a criação de instrumentos jurídicos exclusivos para as parcerias firmadas entre as OSC's e o poder público: O Termo de Fomento, O Termo de Colaboração e o Acordo de Cooperação, e por fim promoveu avanços que ampliaram a segurança jurídica e a confiabilidade dos entes fornecedores de proventos. **Conclusão,** essa pesquisa destaca a importância de um órgão essencial para a captação de recursos do terceiro setor destinados a instituições filantrópicas que necessitam de apoio para continuarem a prestarem serviços fundamentais e indispensáveis à parcelas carentes de alguma necessidade social.

Palavras-chave: Marco Regulatório. Poder público. Parcerias. Fomento

Área de Conhecimento: Contabilidade Pública.



A Violência contra a Mulher como Projeto de Extensão: em defesa da Mulher - Protagonismo Feminino e o Enfrentamento da Violência de Gênero

Francisco Marklean de Albuquerque Souza - *maeklean1010@gmail.com*

Ana Clara dos Santos - *clarinhasantos1607@gmail.com*

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Helena Mara Oliveira Lima - *helena_mara@uvanet.br*

Docente da UVA

Introdução: A violência contra a mulher é um fenômeno complexo, multifatorial associado a danos físicos, psicológicos, morais e patrimonial. Suas distintas manifestações são modos de estabelecer uma relação de subordinação, culminando sempre em circunstâncias de medo, isolamento, dependência e intimidação para a vítima. **Objetivo:** Apresentar as ações de extensão universitária do projeto “Em Defesa da Mulher - Protagonismo Feminino e O Enfrentamento da Violência de Gênero” do Ciências Contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. **Metodologia:** A realização deste trabalho é de natureza qualitativa e a busca de dados que dão suporte a evidenciação dos resultados ocorreu por meio da análise documental dos relatórios finais do projeto apresentados no final dos semestres de 2022.1, 2022.2 e 2023.1.

Resultados e Discussões: Com as informações coletadas nos relatórios finais verificou-se que as experiências vivenciadas pelos estudantes na participação das atividades do projeto de extensão proporcionaram a aquisição de conhecimentos sobre o fenômeno em tela, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades para colaborar com a rede de apoio de enfrentamento da supracitada violência, principalmente no suporte da autonomia econômica. Assim, ações que possam apoiar a geração de trabalho e renda, bem como garantir a independência financeira para mulheres em situação de vulnerabilidade é algo muito importante para que estas possam sair de um ciclo que pode terminar de forma trágica e aumentar os índices de feminicídios que crescem a cada dia a nível mundial. **Conclusões:** As ações extensionistas multidisciplinares que promovem o acesso à informação sobre a questão da violência contra a mulher ampliam as possibilidades de combate dos atos lesivos que comprometem a vida de milhares de vítimas no mundo inteiro e tolhe os direitos fundamentais de muitas pessoas que vivenciam de forma direta e indireta a situação que compromete a saúde física e mental das pessoas.

Palavras-chave: extensão universitária; violência contra a mulher; formação profissional.

Área de Conhecimento: Contabilidade



Alocação de Recursos Financeiros para os Estados Brasileiros no Combate À Covid-19 no período de 2020 e 2021

Francisco Eduardo dos Santos Costa - eduardocosta.0730@gmail.com

Vinícius dos Santos Araújo - viniciussantos1822@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino - cintia_monteiro@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: A pandemia da COVID-19 foi um fenômeno que impactou inúmeros países, entre eles o Brasil. O acionamento de medidas preventivas, como o envio de recursos financeiros no combate a proliferação do vírus, é de suma importância para entender os processos de destino dos pacotes de auxílio e onde os órgãos estaduais caracterizam o nível de incidência na sua unidade federativa. **Objetivo:** Analisar a distribuição de recursos financeiros para os estados brasileiros nos dois primeiros anos da pandemia da COVID-19. **Metodologia:** Foi utilizado uma metodologia quantitativa e descritiva, com a pesquisa documental pautada nas informações disponibilizadas pelo Portal da Transparência e no Infoms Saúde sobre os casos e verbas remetidas para os estados brasileiros durante os anos de 2020 e 2021, durante a pandemia da COVID-19. **Resultados e Discussões:** Os dados citados para avaliação em níveis numéricos de contagem dos casos expôs os valores reais transferidos para os estados durante os anos de 2020 e 2021, pautados na verificação exclusiva destes valores, desconsiderando aqueles enviado para os municípios. Como de praxe, o estado de São Paulo foi o maior beneficiário dos incentivos governamentais, enquanto a região Norte não se sobressaiu diante da situação crítica em seus estados. **Conclusões:** A compreensão da magnitude que envolve as remessas de recursos financeiros para as entidades subnacionais no que concerne à mitigação dos efeitos econômicos e sociais causados pela pandemia da COVID-19 não levou em consideração as diferenças regionais e as ocorrências específicas para destinar parte das remessas dos cofres públicos no combate à pandemia da COVID-19, o pode ser exemplificada através de dados fidedignos extraídos das pesquisas teóricas. A transparência, nestes casos, mostrou-se incompatível com negligência observada nas próprias fontes do processo reivindicatório.

Palavras-chave: COVID-19; Recursos; Estados.

Área de Conhecimento: Contabilidade Governamental.



Análise da Produção Acadêmica Sobre Controle Interno no Âmbito do Setor Público Brasileiro

Ana Clara dos Santos - clarinhasantos1607@gmail.com

Maria Ingrid Albuquerque Sales - ingridas1313@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Cintia Vanessa Monteiro Germano Aquino - cintia_monteiro@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: O Setor Público nos últimos anos tem sido alvo de estudos no cenário acadêmico brasileiro vigente, tendo como temática importante: o Controle Interno, que por sua vez, é um instrumento a qual a gestão pública se utiliza para buscar de uma forma eficaz, eficiente e transparente uma Governança com responsabilidade. Uma ferramenta essencial para realização efetiva da legislação, cumprimento das leis, como também o monitoramento da prestação de contas, o que se torna instrumento facilitador na gestão dos Governantes, afinal contribui com o acompanhamento dos processos internos e do patrimônio público. O controle Interno deve estar presente em todos os processos das entidades públicas, visto que é participando de todo o processo que é constatado a legitimidade frente aos princípios constitucionais, atentos à legislação, corroborando com um trabalho verdadeiro, sólido e eficaz. **Objetivo:** Apresentar aspectos importantes sobre o estudo do Controle Interno e o disseminar da aplicabilidade dele no cerne público, haja vista a sua importância para o gerenciamento da máquina pública, bem como o seu impacto frente à população. **Metodologia:** Para produção desta pesquisa científica foram realizadas análises de naturezas: bibliométricas, descritivas e qualitativas, baseadas em artigos do site “Spell”, onde foi pesquisada a palavra-chave “Controle Interno” em artigos publicados entre os anos de 2018 a 2022, tendo sido encontrados trinta e um artigos científicos, dentre estes apenas quinze se caracterizavam com o nosso estudo e os mesmos foram utilizados como embasamento para construção deste presente trabalho. **Resultados e Discussões:** No decorrer do estudo foi possível identificar as mesmas dificuldades quanto ao controle interno no setor público, sendo elas falta de monitoramento e limitação de recursos para melhorar a DCIN (Divisão de Controles Internos). A partir das análises apresentadas, foi identificado que o controle interno tem como sua finalidade promover maior assertividade nas informações para enfim não haver erros, entretanto é preciso ter meios de inserir monitoramentos para certificar a efetividade nas atividades destinadas ao controle interno. **Conclusão:** De acordo com isso, conclui-se que apresenta de certo modo, as inconsistências ainda presentes do Controle Interno no Setor Público e que há a necessidade do TCE (Tribunal de Contas do Estado) intervir com realizações de inspeções, auditorias, relatórios com levantamentos e análises de legitimidade das informações, bem como os atos de gestão e as despesas correntes.

Palavras-chave: Controle Interno; Setor Público; Monitoramento.

Área de Conhecimento: Contabilidade Governamental e Educação.



Análise dos Mecanismos Constantes no RREO sob o Prisma dos Discentes do curso de Ciências Contábeis da UVA

Débora Rodrigues Monteiro Teixeira - deborasstar@gmail.com

Davi Teixeira Viana - davi9viana@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo - francymacedo2011@gmail.com

Docente da UVA

Introdução: A Lei nº 101/2000 surgiu como um mecanismo de controle das contas públicas, inserindo no ordenamento jurídico brasileiro ideários de gestão fiscal, tendo como pilares a transparência das ações, o cumprimento de metas e o estabelecimento de limites de gastos. Com essa Lei, o acompanhamento dos recursos públicos passou por uma padronização, limites foram impostos, retaliações foram estipuladas e demonstrativos fiscais comuns às três esferas passaram a ser exigidos, como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Aliado a isso, assuntos como equilíbrio das contas públicas, transparência, acompanhamento do orçamento e endividamento público são temas importantes e em pauta nas pesquisas, especialmente no cenário de crise econômica, fiscal, sanitária e social promovida pela pandemia de covid19. A esse respeito, enfatiza-se o papel relevante que as informações constantes no RREO podem estabelecer na tomada de decisão assertiva dos gestores públicos. Afinal, por tratar-se de uma publicação bimestral que apresenta informações fiscais consolidadas de cada ente do país, oportuniza uma visão holística e ao mesmo tempo pontual do cenário de arrecadação e execução do orçamento em curso. **Objetivo:** Analisar a compreensão/percepção dos discentes do curso de ciências contábeis da Universidade Estadual Vale do Acaraú, acerca dos mecanismos constantes no Relatório Resumido da Execução Orçamentária. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, conduzida por meio de levantamento. A amostra correspondeu aos 202 estudantes que responderam ao questionário. O instrumento de pesquisa foi baseado na Lei nº 101/2000, compondo-se de um *checklist* com 26 itens e escala Likert de 5 pontos, tendo sido aplicado por meio do *google forms*. Para tratamento dos dados, utilizaram-se estatísticas descritivas e teste de Mann-Whitney. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que 99% dos respondentes têm conhecimento sobre orçamento e mais de 70% apresentaram nível de conhecimento de médio a avançado. Em se tratando do RREO especificamente, a maioria declarou ter expertise mais superficial, de básico a nenhum conhecimento. Notou-se que quanto maior era o nível de conhecimento sobre os assuntos envolvidos, mais o discente valorizava a disponibilização de informações. **Conclusões:** Ao final, percebeu-se que o grau de conhecimento dos acadêmicos sobre o RREO precisava melhorar. Observou-se que embora houvesse disponibilidade de informação sobre os relatórios fiscais em veículos de divulgação público, há ainda muitos cidadãos leigos, mesmo na universidade. Infere-se que a falta de divulgação em massa nas mídias sociais, explicando e mostrando onde buscar as informações, bem como, o próprio tecnicismo dos termos, afasta e exclui o leigo de sua apreciação. Com isso, a transparência, clareza e publicização das informações mostra-se como uma quimera, uma utopia, servindo apenas para cumprir ditames legais.

Palavras-chave: RREO; Compreensão; Discentes; Ciências Contábeis.

Área do Conhecimento: Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



Caso Americanas e o seu Impacto no Mercado de Capitais

Noely Barros de Castro - noelycastro209@gmail.com

Eduardo Batista do Nascimento - eduardobatistauva@gmail.com

Gabrielly Pereira Viana - pgabrielly029@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisco José Carneiro Linhares - carneiro_linhares@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: A Integridade Contábil é uma ferramenta importante para a tomada de decisão, no que diz respeito a gerir uma empresa ou uma entidade. O escândalo envolvendo as Lojas Americanas deixou dívidas e danos ao sistema financeiro que não serão recuperados do dia para noite. Além da queda drástica das ações, investidores perderam dinheiro, fundos tiveram prejuízos, ou seja, uma grande quantidade de pessoas foram lesadas pela dívida bilionária. **Objetivo:** Compreender o que ocorreu na empresa Americanas S.A., após seu ex-CEO Sergio Rial declarar, em janeiro de 2023, descoberta de erros no valor de R\$ 20 bilhões em suas demonstrações financeiras e de registrar uma dívida total de R\$ 50,1 bilhões, como parte de um processo de recuperação judicial, e quais os impactos desse acontecimento no Mercado de Capitais. **Metodologia:** Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa é caracterizada como descritiva, qualitativa, de caráter exploratório, a partir da coleta de informações em fontes secundárias. **Resultados e Discussões:** Verificou-se a “ocultação” de informações que geraram inconsistências graves em seus relatórios e que colocaram o órgão supervisor e o mercado de capitais brasileiro em descrédito, com questionamentos quanto ao papel regulador desempenhado pela Comissão de Valores Mobiliários. Ficou evidenciado que a entidade fazia operações de risco sacado, alternativamente denominada de *forfait* ou *confirming*, e ao final omitia as dívidas resultantes destas operações. Os acionistas recebiam dividendos oriundos de um lucro inexistente, isto é, transformava recursos captados através de dívidas em remuneração. Além disso, o ramo varejista brasileiro igualmente foi posto em descrédito, com desvalorização das suas ações, embora que, algumas conseguiram se manter atuando alternativamente no *e-commerce* e *marketplace*. **Conclusões:** Em síntese, com o levantamento de informações ao longo da pesquisa, concluiu-se que o caso Americanas ilustra a importância da regulamentação adequada, da transparência nas práticas contábeis e da vigilância constante no mercado de capitais brasileiro. Isso é fundamental para manter a confiança dos investidores e garantir a estabilidade e o crescimento da economia.

Palavras-chave: Contabilidade; Mercado de Capitais; Comissão de Valores Mobiliários.

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.



Concentração *versus* Política de Dividendos: estudo nas Empresas Listadas na B3

Joely Ribeiro Liberato - liberatojoely@gmail.com

Ana Yorrana Lima dos Santos - yorranadsantos0@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo - francymacedo2011@gmail.com

Docente da UVA

Introdução: A política de dividendos corresponde à política de pagamentos que a entidade executa ao determinar como os acionistas serão remunerados pelas horas extras, em termos de volume e parâmetro de distribuição. É a essência para que se possa entender as muitas facetas das finanças da organização, sendo vista como um dos mais expressivos pontos na literatura financeira, dentre outros, por impactar o valor da empresa, podendo chegar a influenciar a sua continuidade. Ressalta-se que a política de dividendos pode ser afetada por múltiplos fatores, a saber: a governança corporativa, os investidores institucionais, a concentração acionária, dentre outros. **Objetivo:** Verificar a influência da concentração acionária na política de dividendos das companhias listadas na B3. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, conduzida por meio de procedimento documental. A amostra correspondeu às companhias listadas na B3 que disponibilizarem todas as informações necessárias à concretização do estudo, totalizando 325 empresas. O período correspondeu ao intervalo entre os anos de 2010 a 2021. Para a análise dos dados foram utilizadas estatísticas descritivas e regressão linear múltipla. As *proxys* utilizadas para políticas de dividendos foram a proporção de dividendos em relação ao: ativo total; ao valor de mercado do patrimônio líquido; ao lucro líquido e; uma variável categórica que recebeu valor “1” se a empresa paga dividendo e “0”, caso contrário. A concentração acionária foi calculada por meio do percentual de ações ordinárias em posse do maior acionista. Tendo-se também as variáveis de controle: tamanho da empresa, *cash holding*, rentabilidade do ativo, alavancagem e endividamento da empresa. **Resultados e Discussões:** Os resultados indicaram que a concentração acionária influenciou negativamente a distribuição de dividendos. Viu-se que as variáveis de controle: alavancagem, tamanho e *cash holding* tiveram reflexos positivos no pagamento de dividendos aos acionistas. Contrariamente, o nível de endividamento influenciou negativamente os valores distribuídos. **Conclusões:** Ao final, concluiu-se que empresas com maior concentração acionária distribuíam menos dividendos aos acionistas. Pode-se inferir que o excesso de poder nas mãos do acionista controlador, incitava assimetrias informacionais entre majoritários e minoritários (problema principal-principal), aventando a possibilidade de um acionista dominante desfrutar de vantagens privadas de controle, em detrimento dos demais. No caso deste estudo, suscita-se que os acionistas controladores poderiam diminuir o pagamento de dividendos aos acionistas minoritários.

Palavras-chave: Política de dividendos; Concentração acionária; B3.

Área do Conhecimento: Contabilidade Societária.



Conselho de Administração e Acionistas Controladores

Virna Melo Matos - vyrna.mello.matos@gmail.com

Adriano Pereira Magalhães - adriano.par14@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo - francymacedo2011@gmail.com

Docente da UVA

Introdução: A concepção de que os interesses dos agentes econômicos das organizações nem sempre estão alinhados, fez com que surgissem políticas que minimizassem os possíveis riscos relacionados a essa assimetria. A governança corporativa é um dos principais mecanismos de minimização dos conflitos e custos decorrentes do problema de agência. O Conselho de Administração, por sua vez, é considerado como o principal órgão a posicionar-se sobre as questões estratégicas das empresas, tendo como principal função monitorar as ações dos executivos e restringir qualquer comportamento da administração considerado oportunista. **Objetivo:** Verificar a independência do conselho de administração em relação aos acionistas controladores das empresas listadas no Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da B3. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, conduzida por meio de procedimento documental. A amostra foi composta pelas 186 empresas participantes dos níveis de governança corporativa listadas na B3. Destas, 128 pertencem ao Novo Mercado, 33 ao Nível 1 e 25 ao Nível 2. No formulário de referência das empresas foram coletados os dados referentes ao exercício findo em 2022. Para se mensurar a independência dos conselhos de administração foram levantados e analisados os seguintes dados: total de membros, total de membros internos, membros internos eleitos pelo controlador, total de membros externos, membros externos eleitos pelo controlador, se o diretor presidente também é presidente do conselho de administração, se o diretor presidente também era vice-presidente do conselho de administração e se o diretor presidente era membro do conselho de administração. Para tratamento dos dados, utilizou-se entropia informacional. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que a composição dos conselhos está de acordo com as recomendações do IBGC que recomenda de cinco a dez membros por conselho. Constatou-se que 94% do total de membros dos conselhos de administração era externo, ou seja, não desempenhavam outra função na companhia. Entretanto, notou-se que no Nível 1, 79% dos membros externos dos conselhos de administração foram eleitos pelo controlador; no Nível 2 esse percentual é semelhante (74%); no Novo Mercado esse percentual foi de 60%. Isto posto, os dados revelaram um alto grau de influência dos acionistas controladores nos conselhos de administração, fato este determinante para que os conselheiros não atuem de forma independente e aumente a probabilidade de ocorrer conflitos de agência. **Conclusões:** Ao final, concluiu-se que devido à forte influência dos controladores no conselho de administração, seus membros não atuavam de maneira independente, o que poderia fragilizar suas ações e, conseqüentemente, impossibilitar a concretização da meta de reduzir os conflitos de agência.

Palavras-chave: Conselho de Administração; Independência; Entropia informacional.

Área do Conhecimento: Contabilidade Societária.



Contratação Emergencial à Luz da Lei Nº 13.979/2020: análise da Flexibilização nos Municípios Cearenses

Adriano Pereira Magalhães - adriano.par14@gmail.com

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Neila Maria Ferreira Santana - neilamfs25@gmail.com

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo - francymacedo2011@gmail.com

Docente da UVA

Introdução: No Brasil, embora a regra geral imprima a obrigatoriedade de licitar, há hipóteses excepcionais para licitação dispensada, dispensável e inexigível. Deste modo, o procedimento licitatório deve prever excepcionalidades ao dever de licitar. Afinal, o intuito é atender às necessidades da população, seja em situações previsíveis ou imprevisíveis, como é o caso da pandemia de covid19. Assim, diante do cenário caótico e da urgência em se adquirir itens com a máxima celeridade possível, em uma corrida contra o tempo, na busca por fornecedores e pelo objeto que atendesse às necessidades prementes, pelo preço justo e seguindo os trâmites legais impostos nos normativos vigentes, editou-se a Lei nº 13.979/2020, permitindo a flexibilização das contratações naquele período. **Objetivo:** Analisar os processos de contratação emergencial dos municípios cearenses que registraram mais casos de covid19. **Metodologia:** Para tanto, realizou-se pesquisa descritiva, por meio de procedimento documental e abordagem qualitativa. Para a análise foram considerados dispositivos constantes no artigo 4º da Lei nº 13.979/2020, sendo analisados processos de dispensas emergenciais de licitação e seus respectivos contratos, no intervalo de março a dezembro de 2020, totalizando 405 processos analisados. Observaram-se informações atinentes à elaboração dos termos de referência e projetos básicos, estimativa de preços da contratação, justificativa de escolha do fornecedor, em paralelo com as condições de execução e vigência pactuadas nos contratos. O universo da pesquisa correspondeu aos 184 municípios do Ceará, tendo como amostra os 30 municípios com maior número de casos positivos de covid19. Foram considerados o Cenário Epidemiológico da covid19 e o Indicador Coronavírus, ambos disponibilizados no sítio do IntegraSUS, consoante dados do ano de 2020. **Resultados e Discussões:** Os resultados indicaram que a maioria dos processos de dispensa eram “material de consumo” (220), seguido de “outros serviços de terceiros pessoa jurídica” (98) e “material permanente” (53). Percebeu-se que houve descumprimentos de diversos dispositivos da Lei nº 13.979/2020. Por exemplo, 41% não publicou o ato que autorizava a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato. Em 7% dos processos não foram discriminados o bem adquirido ou o serviço contratado e o local de entrega ou de prestação e, em 1% dos municípios os contratos não refletiam as mesmas informações prestadas nos termos de referência publicados para o mesmo objeto. Além disso, 61% dos municípios não publicaram os contratos referentes aos processos de dispensa de licitação. Em suma, havia termos de referência com poucas informações, falta de publicação de autorização para a compra direta ou extrato do contrato. **Conclusões:** Ao final, concluiu-se que diversos municípios da amostra descumpriram dispositivos da Lei 13.979/2020. Viu-se que diante da pressão em atender e suprir o necessário à população, muitos gestores descumpriram pontos traçados na lei, havendo falta de transparência na elaboração e publicação dos documentos.

Palavras-chave: Contratações emergenciais; Covid19; Lei nº 13.979/2020.

Área do Conhecimento: Contabilidade Aplicada ao Setor Público



Covid-19 e os Cofres Governamentais: uma Análise do Impacto da Pandemia nas Finanças Públicas da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará

Ariely Romana Gamileira Souza - arielyromana1@gmail.com

Francisca Sarah Jamilly Freire Soares - sarah.soares260@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque - ludmila_apoliano@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: Iniciada em março de 2020 na China, a pandemia do vírus Sars-COV-2 nomeado como COVID-19, foi rapidamente intitulada como tal pela OMS. A pandemia desafiou os gestores públicos, exigindo medidas extraordinárias, incluindo isolamento social e aumento de gastos com saúde, afetando significativamente as finanças públicas. De acordo com Feio (2021), as finanças públicas estão relacionadas com a atividade financeira do Estado objetivando realizar a alocação ótima de recursos. **Objetivo:** Analisar o impacto da pandemia no orçamento da secretaria de Saúde do Ceará, identificando alterações nas despesas e receitas da saúde no período de 2018 a 2022. **Metodologia:** Analisou-se materiais em sites com dados governamentais, disponibilizados no Portal da Transparência do Estado do Ceará, para embasar a pesquisa. Utilizou-se na pesquisa, uma análise qualitativa de dados financeiros do Estado do Ceará, a partir dos dados do Portal de Transparência que conforme Sa, Silva, Araujo e Soeiro (2018), “O portal da transparência é um canal pelo qual o cidadão pode acompanhar a utilização dos recursos federais arrecadados com impostos no fornecimento de serviços públicos à população, além de se informar sobre outros assuntos relacionados à administração pública federal.” (p. 2). **Resultados e Discussões:** Os resultados obtidos apontam que, houve uma variação significativa nas receitas e despesas no ano de 2020, período da pandemia. No tocante as receitas, segundo dados da secretaria de saúde do estado do Ceará, de 2018 a 2022 houve uma oscilação dos valores arrecadados, sendo: 2018 para 2019 um incremento de 4,30%; 2019-2020 um incremento de 44,20%; 2020-2021 uma redução de 14,61%; e, de 2021-2022 uma redução de 15,11%. Já no tocante as despesas orçamentárias, nota-se que no Estado, em relação ao ano anterior a disseminação da covid-19, houve aumento das expensas no ano de 2019 (+0,08%), em contrapartida, houve uma variação significativa de (+27,81%) de 2019 para 2020; (+11,26%) de 2020-2021 e (+12,99%) de 2021-2022. **Conclusão:** Conclui-se que a Secretária de Saúde do Ceará trouxe um desafio complexo para manter o equilíbrio entre suas finanças públicas, enfrentando um déficit público expressivo durante o período da pandemia. De tal forma, se percebe a importância na tomada de políticas públicas eficientes e a necessidade de uma gestão estratégica para manter a sustentabilidade no sistema de saúde. O desenvolvimento de fontes alternativas de receitas e medidas de controle de gastos são fundamentais para o enfrentamento de posteriores desafios como este.

Palavras-chave: Covid-19; Orçamento público; Finanças Públicas; Receitas Públicas; Despesas Públicas.

Área de Conhecimento: Gerenciamento de finanças públicas em período de crises.



Custos Aplicado a partir do Plano Plurianual do Estado do Ceará

Maria Luzia Barroso - luziabarroso3@gmail.com

Maria Gabriela Mesquita do Nascimento - gabrielamesquitta2021@gmail.com

Isadora Marques de Brito - Isadoramarques012@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque - ludmila_apoliano@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: O intuito deste artigo visa mensurar os custos a partir do Plano Plurianual do Estado do Ceará, que foi introduzido no Brasil na década de 60, com a Lei 4.320/1964. Sendo um grande marco para as Finanças Públicas, trazendo vários avanços como o surgimento de novas leis, tal qual a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que regulamenta a utilização dos recursos públicos e busca fazer com que os governantes controlem seus gastos, respeitando limites de despesas e cumprindo metas orçamentárias. **Objetivo:** Analisar os gastos dos programas que integram a função da educação básica no orçamento do Estado do Ceará no período relativo ao Plano Plurianual 2016-2019. **Metodologia:** A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho foi por meio de uma pesquisa de campo em que se utiliza do objetivo para conseguir informações ou conhecimentos sobre um problema, para qual procura resposta. Utilizou-se a consulta ao PPA do Estado do Ceará entre os anos de 2016-2019. A técnica utilizada para analisar os dados coletados posterior a pesquisa ocorreu através da análise descritiva, construção de gráficos e tabelas. **Resultados e Discussões:** Foram coletados dados no Ceará Transparente e no PPA dos anos 2016-2019 referente aos valores empenhados em programas da Educação Básica, sendo feita análise das metas da execução financeira, conforme relatórios de monitoramento. A partir dos dados coletados foi possível observar que o programa de "gestão e desenvolvimento da educação básica" representa aproximadamente 96% do empenho total de cada ano. Ainda se evidenciou no programa "inclusão e equidade na educação" apresenta variáveis de aumento e diminuição expressiva no valor empenhado. Configurando assim, no último ano do PPA analisado, apenas uma variação de aumento de aproximadamente 27% do valor empenhado em 2016. **Conclusões:** Dessa forma, conclui-se uma dissimetria dos gastos empenhados nos programas, compreendida pela magnitude dos programas quanto os objetivos de suas ações.

Palavras-chave: custo; setor público; plano plurianual.

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.



Diferença de Empresas Sustentáveis e não Sustentáveis

Alan Romão dos Santos - alan.romao.dos.santos@gmail.com

Francisco Victor de Vasconcelos - victorvasconcellos48@gmail.com

Luana Lívia Marques de Lima - luana.livia.2000@gmail.com

Thays do Nascimento Xavier - thaysxv@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisco Apoliano Albuquerque - oraculo49@yahoo.com

Docente da UVA

Introdução: A sustentabilidade tem se tornado um tema cada vez mais relevante no contexto empresarial, à medida que a conscientização sobre os impactos ambientais e sociais das atividades comerciais aumenta. Empresas sustentáveis são aquelas que adotam práticas e políticas que visam minimizar esses impactos, promovendo a preservação do meio ambiente e contribuindo para o bem-estar das comunidades em que operam. Segundo a pesquisa mais recente realizada pela Union + Webster, 87% da população brasileira prefere adquirir produtos e serviços de empresas sustentáveis. A pesquisa ainda constata que, 70% dessas pessoas também não se importam em pagar um pouco mais por isso. **Objetivo:** Destacar as diferenças fundamentais entre empresas sustentáveis e não sustentáveis, analisando suas abordagens em relação à gestão ambiental, responsabilidade social e impacto econômico. **Metodologia:** Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e análise de estudos de caso de empresas que são consideradas exemplos de sustentabilidade e outras que ainda precisam avançar nesse aspecto. Foram levantadas informações sobre suas políticas ambientais, programas de responsabilidade social, práticas de governança corporativa e resultados financeiros. **Resultados e Discussões:** Os resultados revelaram que empresas sustentáveis apresentam uma série de características distintas em comparação com as não sustentáveis. Em termos de gestão ambiental, as empresas sustentáveis priorizam a redução do consumo de recursos naturais, a minimização de resíduos e a adoção de práticas de reciclagem. Por outro lado, as empresas não sustentáveis tendem a negligenciar essas questões, resultando em maior degradação ambiental. É importante ressaltar que casos como o rompimento da barragem da mineradora Vale em Brumadinho, que causou um dos maiores desastres ambientais da história e resultou na perda de mais de R\$ 72 bilhões em valor de mercado, demonstram as graves consequências enfrentadas por empresas que não respeitam critérios ESG. **Conclusão:** Com base nos resultados, pode-se concluir que empresas sustentáveis são aquelas que buscam equilibrar seus resultados financeiros com a preservação ambiental e o bem-estar social. Essas empresas tendem a ser mais inovadoras, a atrair talentos e a estabelecer relações mais sólidas com seus stakeholders. Por outro lado, as empresas não sustentáveis correm o risco de enfrentar desafios futuros, como restrições regulatórias e perda de reputação. É previsto que boicotes semelhantes ao que ocorreu com a indústria do carvão possam afetar todos os combustíveis fósseis em breve, de acordo com Fábio Alperowitch.

Palavras-chave: sustentabilidade, gestão ambiental, responsabilidade social, empresas sustentáveis, empresas não sustentáveis.

Área de Conhecimento: Contabilidade ambiental.



Fatores de Governança *Versus* Recursos em Educação

Dhane Kelem Nascimento Rodrigues - ghanerodrigues22@gmail.com

Débora Martins Dias - deboramartinsjj68@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo - francymacedo2011@gmail.com

Docente da UVA

Introdução: No mundo contemporâneo, pensar em uma Administração Pública sem controle e sem instrumentos de governança que fortaleçam, direcionem e validem as ações dos gestores públicos é algo impensável, especialmente se for levado em consideração os auspícios da *New Public Management*. A temática governança no setor público é algo discutido tanto na literatura mundial, quanto por Órgãos internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e, nacionais como o Tribunal de Contas da União. Para estes, a governança pública reúne mecanismos multifacetados, como por exemplo aspectos de liderança, estratégia, controle e integridade como base para as estruturas políticas, econômicas e sociais, tendo por fito salvaguardar o interesse público e promover a democracia diversa, amparada no estado de direito e no respeito aos direitos humanos. Como se vê, os instrumentos formadores de uma boa governança são muitos, dentre eles é válido mencionar a busca pela primazia da eficiência na aplicação dos recursos públicos. Afinal, os recursos são limitados e as demandas da sociedade são inúmeras, por isso, eficiência, eficácia e economicidade são essenciais. **Objetivo:** Verificar a influência dos fatores de governança pública na alocação dos recursos públicos em educação dos municípios brasileiros. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, conduzida por meio de procedimento documental. A população correspondeu aos 5.570 municípios do Brasil. O período de análise referiu-se ao intervalo entre os anos de 2017 a 2022. Para tratamento dos dados utilizou-se regressão linear múltipla. As *proxies* de governança foram: transparência/*accountability*; participação; integridade/ética; conformidade legal; equidade e efetividade. As variáveis de educação foram: Gasto per capita com a função Educação (GasPerEd); Número de estabelecimentos de ensino (NumEstEns); Número de professores (NumProf); Número de alunos matriculados (NumAluMat); Rendimento dos alunos (RendAlu). **Resultados e Discussões:** Os resultados indicaram que nenhum dos fatores de governança influenciou “gasto per capita com educação”. Ao passo que, a *proxy* “rendimento dos alunos” foi influenciada pelos fatores de governança “transparência e *accountability*”, “participação” e “equidade”. Já o “número de estabelecimentos de ensino, de professores e de alunos matriculados” foram sugestionados pelos fatores de governança “conformidade legal” e “equidade”. **Conclusões:** Ao final, não se pode afirmar que uma melhor governança exercia efeitos na rubrica de “despesas de educação per capta”. Conquanto, notou-se que diferentes fatores de governança exerceram influência em importantes aspectos educacionais, como rendimento escolar, número de estabelecimentos de ensino, professores e alunos matriculados. Suscitando que uma boa governança influenciava na alocação das despesas com educação quando se levava em consideração a execução/frutos/resultados da aplicabilidade dos recursos nesse tipo de despesa.

Palavras-chave: Governança Pública; Eficiência; Educação.

Área do Conhecimento: Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Governança Corporativa e Qualidade das Informações Contábeis

Ana Clara dos Santos - clarinhasantos1607@gmail.com

Antônia Carliane da Silva - carlianejijoca@hotmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo - francymacedo2011@gmail.com

Docente da UVA

Introdução: A qualidade da informação é um dos alicerces para a sobrevivência e maior competitividade das organizações. As demonstrações contábeis são utilizadas como fonte de informação e decisão por diversos usuários, portanto, há a necessidade de torná-las harmônicas, fidedignas e confiáveis para que os utilizadores possam, de forma clara e sucinta, comparar os diversos padrões contábeis utilizados e, no caso dos investidores, decidir se irão ou não fazer aporte de recursos na entidade. As informações munidas de qualidade são aquelas que atendem às exigências dos investidores, apresentando informes com características financeiras e econômicas. Sendo assim, a divulgação de informações por parte das empresas é de suma importância para o processo de tomada de decisões dos seus usuários. Deste modo, tais informações necessitam serem confiáveis. Pelo fato da governança corporativa utilizar como principais conceitos, transparência (*disclosure*), equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (sustentabilidade) para explicar e solucionar os conflitos existentes entre os interesses dos *stakeholders*, infere-se que empresas que primam por uma boa governança possuem maior cuidado no trato da evidenciação das suas informações. **Objetivo:** Verificar a relação entre a governança corporativa e a qualidade das informações contábeis das empresas dos setores de petróleo, gás e biocombustíveis e de utilidade pública negociadas na B3, sob o prisma do CPC 01 e do CPC 12. **Metodologia:** Para isso, realizou-se pesquisa descritiva e documental, com abordagem quantitativa dos dados. Os anos analisados foram 2020 e 2021. A amostra referiu-se às 71 empresas do setor de utilidade pública e 7 empresas do setor de petróleo, gás e biocombustíveis. Para realizar a análise da qualidade das informações contábeis, utilizou-se como base o *checklist* de Dallabona (2011). Como *proxy* para governança utilizou-se as empresas que fazem parte das carteiras de governança da B3 (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado), além de contrastar com as empresas do mercado tradicional. Para tratamento dos dados, utilizou-se a média e a correlação de Pearson. **Resultados e Discussões:** Os resultados demonstraram que dentre as empresas de utilidade pública, aquelas com os melhores níveis de divulgação do CPC 01 foram: Casan, Ampla Energ, Aes Tiete E, Cemig GT, Cesp, Energisa e Rio Gde Ener e Ceg. Enquanto a Prio obteve os maiores percentuais médios de divulgação em ambos os CPCs. Percebeu-se que as empresas brasileiras listadas nos dois setores da amostra, de modo geral, têm evoluído no processo de divulgação das informações contábeis. Contudo, ainda precisam percorrer um longo caminho para que sejam caracterizadas como empresas que evidenciam 100% das informações pertinentes aos CPCs 01 e 12. **Conclusões:** Concluiu-se que quanto maior o nível de governança corporativa das empresas do setor de utilidade pública, maiores serão os percentuais de divulgação em ambos os CPCs. Enquanto nas empresas de petróleo, gás e biocombustíveis, a governança apresentou relação com a divulgação das informações contábeis somente no tocante ao CPC 01. Ao passo que, o mesmo não se pode afirmar sobre a qualidade da evidenciação do CPC 12.

Palavras-chave: Qualidade; Governança corporativa; CPC 01 e 12; B3.

Área do Conhecimento: Contabilidade Societária



Governança, Transparência e Despesas com Saúde

Maria Caroline Carvalho - caroline.fin.jf@gmail.com

Ana Luenda Alves Lima - luendaalves405@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro Macêdo - francymacedo2011@gmail.com

Docente da UVA

Introdução: Os gestores públicos necessitam coordenar um mote de recursos limitados, fornecer serviços e bens diversos à coletividade, suprindo, assim, as necessidades primárias e secundárias de toda uma população. Por isso mesmo, a eficiência na hora de aplicá-los é algo premente. Depreende-se, então, que coordenar esses valores é desafiador, especialmente quando se está passando por uma situação de exceção como a pandemia do coronavírus. Na ocasião, foi necessário injetar grandes volumes de dinheiro em todo o aparato que movimentava a saúde. Aliado a isso, para que as ações fossem mais céleres, dada a urgência e emergência, diversas permissividades e flexibilidades ocorreram na hora de se adquirir os bens e ofertar os serviços. À vista disso, suscita-se maior transparência e *accountability* para verificar as ações dos ordenadores de despesa. **Objetivo:** Verificar a influência da governança pública e da transparência no combate à covid19 nas despesas com saúde das unidades federativas do Brasil.

Metodologia: Para isso, realizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, conduzida por meio de procedimento documental. A amostra correspondeu às 27 unidades federativas. Para tratamento dos dados utilizou-se regressão linear múltipla. Como variáveis dependentes utilizaram-se: gasto per capita com saúde e despesas totais com saúde. As independentes foram transparência e governança. O índice de transparência (Tansp) foi calculado com base na transparência internacional Brasil, dividido em seis dimensões: Informações Disponíveis; Formato das informações; Legislação; Doações; Medidas e Controle Social. A governança pública foi calculada por meio do índice (IGovP) proposto por Oliveira e Pisa (2015), que resulta da somatória de cinco indicadores: Efetividade; Transparência e *Accountability*; Participação; Equidade; e Legalidade / Ética / Integridade. Foram utilizadas também variáveis de controle baseadas em Silva e Crisóstomo (2019), quais sejam: Famílias cadastradas no Programa Saúde da Família (FamPSF); Pessoas cadastradas no PSF (PesPSF); Profissionais de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (ProfSUS); Unidades de saúde ligadas ao SUS (UnidSau); Número de imunizações (NumImu). **Resultados e Discussões:** Os resultados indicaram que as “despesas totais com saúde” foram influenciadas positivamente pelas variáveis “IGovP” e “ProfSUS”. Logo, depreendeu-se que quanto melhor a governança da unidade federativa e quanto maior o número de profissionais de saúde do SUS, maior seria o volume de despesas totais de saúde investido. Viu-se, ainda que “gasto per capita com saúde” foi influenciada positivamente pelas variáveis “PesPSF”, “ProfSUS” e “NumImu” e negativamente por “FamPSF”. Logo, inferiu-se que quanto melhor a governança; quanto maior o número de pessoas cadastradas no PSF; quanto mais profissionais de saúde do SUS e quanto menor o número de imunizações, maiores eram os gastos per capita com saúde. **Conclusões:** Ao final, viu-se que a governança influenciava as despesas com saúde. Porém, não se pode afirmar que a transparência exercia influência nas despesas com saúde. Contudo, é válido mencionar que a transparência fiscal é uma importante ferramenta do controle social, tendo em vista que auxilia na disponibilidade de informações à população, reduzindo o distanciamento com o cidadão, aumentando a participação destes nas deliberações realizadas, contribuindo para converter as contestações da sociedade em políticas públicas.

Palavras-chave: Transparência; Governança Pública; Covid19; Unidades federativas.



Área do Conhecimento: Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



Orçamento Público como Mecanismo de Planejamento para a Gestão

Antônio Oliveira Mendonça Neto - neto.cassiano37@gmail.com

Elisabeth Nascimento Viana - elisabeth.viana@aluno.ce.gov.br

Francisca Jaíne Rodrigues Paiva - francisca.paiva21@aluno.ce.gov.br

Lidiane Lima Paiva - lidiane.paiva@aluno.ce.gov.br

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisco Apoliano Albuquerque - oraculo49@yahoo.com.br

Docente da UVA

Introdução: O controle do orçamento agrega-se à necessidade de uma boa administração de recursos públicos e faz-se presente na gestão e no processo decisório (Cardoso, 2012). Desta forma, um planejamento orçamentário requer responsabilidade para atender as demandas da sociedade, sendo administrado com transparência e competência, de acordo com os recursos disponíveis e mostrando eficácia, em sua gestão de qualidade, obedecendo as leis que facilitam seu processo e auxiliam em seu controle. **Objetivo:** Evidenciar o orçamento público, dentro do planejamento, assim como ele interfere na boa gestão, se efetuado corretamente. **Metodologia:** A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa e bibliográfica, com análise dos aspectos da gestão pública, relacionados ao planejamento e ao orçamento. **Resultados e Discussões:** Como resultado e discussão, pode-se afirmar que o orçamento é constituído por um sistema de planejamento integrado, que contém leis orçamentárias, de caráter preventivo e autoritário, que contêm a previsão de receitas e a fixação de despesas. Para tanto, apresentam-se os principais conceitos, características, normatizações, princípios e leis, nele introduzidos, resultando na necessidade de um melhor planejamento e uso dos recursos públicos. Também foi discutida a importância de se promover o equilíbrio, entre receitas e despesas, enfatizando o planejamento, controle e clareza das atividades do setor público, uma vez que os serviços são realizados buscando-se atender às prioridades e demandas da comunidade. Os mecanismos evidenciados no planejamento são: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei Orçamentária Anual (LOA). E esses mecanismos interferem na distribuição dos recursos públicos, com a garantia de buscar atender aos interesses da sociedade em questão. **Conclusões:** Concluiu-se que, analisando as informações obtidas e a importância do orçamento dentro da gestão pública, é possível observar como o funcionamento da administração torna-se mais transparente e planejado, sendo possível atender as necessidades da população, com as melhores condições, pois, a partir das leis orçamentárias, todas as metas e prioridades são definidas para que possam ser executadas.

Palavras-chave: Orçamento; Planejamento; Governo.

Área de Conhecimento: Contabilidade Pública.



Sustentabilidade no Capitalismo: uma Análise dos Aspectos Político-Econômicos, Estruturais, Sociais e Culturais na Contemporaneidade

Lia Hellen Martins de Sousa - liahellen.26@gmail.com

Maria Laura Souza Neri Portela - mlaurinhasnp12@hotmail.com

Juliana Pereira da Silva - silvajuliana88495@gmail.com

Ana Clara dos Santos - clarinhasantos1607@gmail.com

Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisco Apoliano Albuquerque - oraculo49@yahoo.com.br

Docente da UVA

Introdução: Os seres humanos encontram-se distantes de serem considerados autossuficientes, eles carecem a todo instante da faceta da produção, com o intuito de satisfazer as suas necessidades. O sistema capitalista, é definido como um modo de vida econômico em que as pessoas criam e aplicam bens de capital na produção de bens e serviços (Butler, 2018). Mas qual a relação do capitalismo com a sustentabilidade? Fuchs (2017) indica que os caminhos para a sustentabilidade envolvem uma reconfiguração em vários aspectos da vida em sociedade, sendo o institucional, social, econômico, político, ecológico, tecnológico e cultural. **Objetivo:** Apresentar os principais fatos que levaram (fatos sociais, estruturais, culturais e político-econômicos) ao desenvolvimento do capitalismo nas sociedades atuais e a relação do mesmo com a sustentabilidade. **Metodologia:** Utilizou-se dos métodos de análises bibliográficas, bibliométricas e descritivas, utilizando como base de dados principal o site Google Acadêmico. O intuito primordial é o desenvolver do pensamento crítico do leitor sobre aspectos imprescindíveis no círculo da inovação tecnológica trazida pelo capitalismo e o seu reverberar na sociedade, em termos de preservação ambiental, principalmente. Será possível o capitalismo andar em consonância com o meio sustentável? **Resultados e Discussões:** Os resultados obtidos com o estudo de 14 artigos com a temática sustentabilidade e capitalismo em título, entre os anos de 2018 a 2022, mostram que as pesquisas entre os anos analisados aumentaram em comparação ao período de 2010 a 2017 no cerne da plataforma existente, vislumbrando a necessidade da aplicabilidade e pesquisas eficientes sobre sustentabilidade no cerne dos negócios na hodiernidade, uma vez que o planeta já dá resquícios de colapso de recursos. **Conclusão:** Foi possível concluir que para ser possível inserir o Capitalismo Sustentável na conjuntura atual, é necessário que algumas mudanças aconteçam, tais como: a mentalidade do lucro em primazia, a concepção de ambiente verde, a criação de leis governamentais que exijam das empresas mais cuidados e medidas de responsabilidade social e sustentável na prática. Por fim, com este estudo conclui-se que existe espaço na sociedade para o Capitalismo Sustentável sem afetar o desempenho financeiro, e ainda é possível ter uma economia que visa a obtenção de lucro sempre com a preocupação de preservar e conservar os recursos ambientais, preocupando-se com a sociedade atual e futura.

Palavras-chave: Capitalismo; Sustentabilidade; Econômico.

Área de Conhecimento: Economia e Contabilidade Ambiental.



Sustentabilidade Socioambiental e sua Integração no Planejamento Estratégico Empresarial

Francisco Yuri Matos Silva - yurimatossilva@outlook.com

Heber Lucas da Costa Linhares - heberlcs3@gmail.com

Kauan Harley Vasconcelos - kauanharley.vasc@gmail.com

Pâmylla Kelly de Azevedo Mesquita - pamyllaasevedo.2002@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Kércia Maria de SA. Moraes - Kercia.morais@hotmail.com

Docente da UVA

Introdução: Segundo Gallo (2007), Sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos, ecológicos maiores e dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que: a vida humana pode continuar indefinidamente; os indivíduos podem prosperar; as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida. Dessa forma, pode-se aplicar a sustentabilidade como um norte para o desenvolvimento das relações sustentáveis. **Objetivo:** Explicar conceitos e aplicações eficientes de uma gestão empresarial voltada para atitudes sustentáveis, através da empresa Natura. **Metodologia:** com abordagem qualitativa de caráter descritivo, utilizando de estudos aplicados na área de Sustentabilidade Socioambiental da empresa Natura. **Resultados e Discussões:** Em relação às dificuldades na implementação das práticas sustentáveis, segundo dados da Pesquisa Sustentabilidade e Liderança Empresarial (2022), mostra que 50% das empresas não possuem incentivo do governo; 8% apontam falta de tecnologia; 34% consideram um custo adicional e 14% delas não possuem mão de obra especializada para ações sustentáveis. Sobre a efetiva aplicação das práticas sustentáveis, destaca-se a empresa Natura que utiliza 74% de material reciclável em suas embalagens reduzindo em 33% a emissão relativa de gases de efeito estufa; implementa estratégias de diversificação de fontes de energia renovável; coleta e destina à reciclagem 50% dos resíduos gerados; busca ampliar sua presença nas comunidades da região amazônica; pretende aumentar 50% da produção mais consciente e eficiente, da seleção de fornecedores até a fabricação dos produtos. A pesquisa demonstra que adotar práticas de Sustentabilidade Socioambiental, com base nos desafios e benefícios identificados e exemplos como a Natura, é a melhor maneira de cuidar do planeta e se destacar no mercado, apesar das preocupações dos empresários. **Conclusões:** Este artigo destaca a importância da sustentabilidade nos negócios, abordando desafios na adoção de práticas sustentáveis para aumentar a competitividade e beneficiar o meio ambiente. O mesmo menciona a certificação da Agenda 2030, o selo ESG e a certificação ISE B3, que promovem abordagens mais sustentáveis nas empresas. Apesar dos benefícios, muitas empresas hesitam em adotar essa gestão, enquanto se tem a Natura como exemplo positivo. O estudo alcançou seus objetivos e realçou a importância do trabalho para aprofundar a compreensão da sustentabilidade nas organizações, enriquecendo a pesquisa e análise para o desenvolvimento do senso crítico.

Palavras-chave: Sustentabilidade Socioambiental; Planejamento Estratégico

Área de Conhecimento: Sustentabilidade Socioambiental



Tecnologia e Inovação na Contabilidade

Antonio Pimenta Cavalcante Júnior - juniorcavalcante001@gmail.com

Emanuel Rhobert Alves Carneiro - emanuelrhobert.a@gmail.com

Emerson Silva Lopes - emersoncontabeis7@gmail.com

Maria Betangela Pereira de Sousa Melo - bethsousa406@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Francisco Apoliano Albuquerque - oraculo49@yahoo.com.br

Docente da UVA

Introdução: A contabilidade está passando por uma transformação significativa impulsionada pelo avanço tecnológico e inovações no campo. A tecnologia e a inovação têm se combinado para aprimorar a precisão e eficiência dos processos contábeis, trazendo consigo a contabilidade digital como um exemplo notável desse progresso. Este artigo explorará o impacto da tecnologia na contabilidade, destacando as oportunidades e desafios. **Objetivo:** Analisar a influência da tecnologia na contabilidade, identificando como a automação e a inovação estão redefinindo a maneira como os contadores e empresas de contabilidade operam. Destacar a importância de equilibrar o avanço tecnológico com os valores humanos e discutir como os profissionais contábeis podem se adaptar e adquirir novas habilidades para aproveitar as oportunidades oferecidas pela tecnologia. **Metodologia:** Envolveu uma revisão abrangente da literatura atual sobre a transformação tecnológica na contabilidade, análise de artigos acadêmicos, relatórios técnicos, livros e outros recursos relevantes, bem como a análise de casos e exemplos que ilustram o impacto da tecnologia na prática contábil. A combinação dessas abordagens metodológicas permitiu uma compreensão aprofundada da transformação tecnológica na contabilidade, desde os fundamentos teóricos até sua implementação prática. **Resultados e discussões:** A contabilidade digital, baseada na utilização de tecnologia e software, otimiza e automatiza procedimentos contábeis, resultando em maior segurança, produtividade e organização dos processos. A tecnologia contábil, incluindo a inteligência artificial e o blockchain, está transformando a contabilidade, tornando-a mais precisa e eficiente. No entanto, essas inovações também apresentam desafios, exigindo que os profissionais contábeis se adaptem e adquiram novas habilidades. **Conclusões:** Estamos passando por uma revolução impulsionada pela tecnologia e inovação. Os contadores que abraçam essas mudanças e se adaptam às novas realidades têm a oportunidade de desempenhar um papel mais estratégico e relevante no mundo empresarial moderno. A tecnologia não é uma ameaça à profissão contábil, mas sim uma oportunidade para sua evolução e maior impacto. A contabilidade do futuro será impulsionada pela simbiose entre tecnologia e profissionais capacitados.

Palavras-chave: Contabilidade, Inovação, Tecnologia.

Área de Conhecimento: Área da Contabilidade, com um foco específico na transformação tecnológica e inovação no campo contábil.

Tecnologia e Inovação na Contabilidade: rumo a uma Profissão Transformada

Nicolas Thierry Da Silva Macena - nicolasthierrymacena@gmail.com

Joely Ribeiro Liberato - liberatojoely@gmail.com

Rejane Caetano Ferreira - rejanecaetano@gmail.com

Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da UVA

Ludmila Apoliano Gomes Albuquerque - ludmila_apoliano@uvanet.br

Docente da UVA

Introdução: A Contabilidade é definida como um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade. Iudícibus, Martins e Gelbke (2006, p.48). Em meados de 2011, ocorreu a quarta revolução industrial, definida como a revolução tecnológica que modificará a forma que vivemos, trabalhamos e nos relacionamos, sendo a contabilidade uma das ciências mais afetadas com esse desenvolvimento tecnológico, nos questionando como a tecnologia e a inovação tem impactado os âmbitos da contabilidade? **Objetivo:** Apresentar os efeitos da inovação e tecnologia no campo dos procedimentos e a profissão contábil. **Metodologia:** abordagem qualitativa para pesquisa com base em análise bibliográfica. **Resultados e discussões:** Braga e Peters (2019) diz que os profissionais de contabilidade precisam ir além do conhecimento teórico e técnico na área contábil, fiscal, tributária, pois para estarem inseridos no mercado atual, é necessário possuir habilidades intelectuais em matéria de Tecnologia da Informação (TI), Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), noções em inovações tecnológicas e a compreensão sobre o comportamento do mercado atual e tendências da profissão contábil. Silva; Eyerkauffer; Rengel (2019), diz que o profissional da contabilidade da nova era necessita ter habilidades intelectuais no tocante o conhecimento sobre as vantagens da utilização dos Sistemas de Informação Contábil (SIC), estando cada vez mais inseridos dentro do contexto das inovações tecnológicas na área contábil, além de, buscar promover melhorias incrementais na prestação de serviços contábeis mais interativos para as empresas, como fator diferencial para a atuação dos profissionais de contabilidade no presente e atuação profissional no futuro. **Conclusão:** As buscas pela potencialização do conhecimento em matéria de inovações tecnológicas na área contábil devem estar presentes nas rotinas dos profissionais da contabilidade, bem como nos estudantes de contabilidade (profissionais do futuro), visto que os futuros e os já profissionais de contabilidade, para serem considerados profissionais completos e atualizados, necessitam buscar informações constantemente, em matéria de avanços tecnológicos na área contábil (Duarte; Andrade; Borges, 2019).

Palavras-chave: Contabilidade, Tecnologia, Profissional.

Área de Conhecimento: Área da contabilidade, focada na inovação e transformação tecnológica do meio contábil.

Edital 05/2023 - INSCRIÇÃO E SUBMISSÃO DE TRABALHOS PARA A SEMANA DA CONTABILIDADE 2023

Dispõe sobre normas referentes à participação e submissão de trabalhos na Semana da Contabilidade 2023 - da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), por meio da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis e do Centro Acadêmico Padre Sadoc - Gestão Progridir, torna público o presente Edital de abertura de inscrições e estabelece normas relativas à submissão de trabalhos na Semana da Contabilidade 2023 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

A Semana da Contabilidade da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) vem sendo realizada anualmente pelo Centro Acadêmico Padre Sadoc do Curso de Ciências Contábeis. Em 2023, será realizada entre os dias 06 e 10 de novembro como tema **“CONTABILIDADE E O IMPACTO DA INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL E TECNOLÓGICA”**. A programação do evento inclui palestras, oficinas e submissões de trabalhos.

2. DOS OBJETIVOS

A Semana da Contabilidade 2023 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) tem como objetivo incentivar a Pesquisa Científica no curso de graduação em Ciências Contábeis, ao oferecer um espaço para que sejam divulgados os resultados dos estudos realizados por alunos deste curso.

3. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades da Semana da Contabilidade 2023 da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) seguirá as etapas descritas no QUADRO 01 abaixo: QUADRO 01 – Cronograma de atividades da Semana da Contabilidade UVA 2023.

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital no sítio eletrônico da UVA, em www.uvanet.br	11/09/2023
Período de submissão dos resumos pelo e-mail: semanadacontabilidade2023@gmail.com	11/09 a 17/10/2023

Período de avaliação dos trabalhos pela Comissão Científica	18/10 a 25/10/2023
Divulgação do resultado das avaliações	31/10/2023
Apresentação dos trabalhos	10/11/2023

4. DO PÚBLICO DE INTERESSE

4.1. Poderão inscrever-se na Semana da Contabilidade 2023, alunos de graduação e pós-graduação regularmente matriculados da área de Ciências Contábeis da UVA e áreas afins com a temática do evento.

5. DA ELABORAÇÃO DOS RESUMOS

5.1. Os resumos deverão ser submetidos pelo e-mail: semanadacontabilidade2023@gmail.com;

5.2. Os resumos devem ser redigidos em português, possuir no máximo 03 (três) autores. Sendo 02 (dois) alunos e 01 (um) orientador, seguindo a formatação indicada no ANEXO I e ANEXO II deste Edital;

5.3. Cada discente do Curso de Ciências Contábeis da UVA poderá submeter 01 (um) resumo como primeiro autor e 01 (um) resumo como coautor, sendo aceito, o máximo, de 06 (seis) resumos por orientador;

5.4. Cada resumo deverá ter uma versão (com identificações dos autores) e outra versão (sem identificação dos autores), ambos em formato PDF.

6. DA EXPOSIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

6.1. Caso o trabalho seja aprovado, obrigatoriamente, um dos alunos de graduação e pós-graduação, autores do trabalho, deverá fazer sua inscrição no evento, para que o trabalho possa ser apresentado e incluído nos anais;

6.2. Os trabalhos aceitos deverão ser apresentados em banner, conforme formatação a ser apresentada pelo comitê científico;

6.3. Os trabalhos deverão ser apresentados preferencialmente pelo primeiro autor, tendo este, no máximo 10 (dez) minutos para apresentação, sendo reservados 05 (cinco) minutos para arguição pela Comissão Científica;

6.4. As apresentações dos trabalhos serão realizadas no dia 10 de novembro de 2023, de 18h30min às 21h30min, nos espaços do Campus da Betânia da UVA. As instruções e os horários de cada apresentação serão divulgados para os autores selecionados por e-mail;

7. DA AVALIAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESUMOS

- 7.1. Os resumos inscritos serão submetidos ao parecer do Comitê Científico, formado por um grupo de professores do Curso de Ciências Contábeis da UVA, conforme exposto ao final deste Edital;
- 7.2. O cumprimento das instruções contidas no presente Edital é essencial para o aceite do resumo e inclusão do mesmo nos anais, sendo de total responsabilidade do estudante, com a prévia revisão do orientador;
- 7.3. Não haverá devolução dos resumos aos autores para correção;
- 7.4. Os resumos serão avaliados nos seguintes aspectos: mérito e originalidade; qualidade técnica e científica; redação científica; adequação metodológica; qualidade do desenvolvimento, resultados e conclusões;
- 7.5. A apresentação do resumo deverá observar os seguintes critérios: domínio do assunto; desenvoltura; objetividade; e estrutura metodológica do trabalho.

8. DA SELEÇÃO DOS TRABALHOS

- 8.1. Os trabalhos a serem apresentados na Semana da Contabilidade 2023 serão avaliados por professores da Comissão Científica, conforme uma das áreas temáticas do evento, Inovação e Sustentabilidade na Contabilidade.

9. DA PREMIAÇÃO

- 9.1. Os resumos submetidos concorrerão à premiação, sendo considerado para tal, a avaliação do conteúdo do resumo e da apresentação;
- 9.2. Será outorgado certificado de menção honrosa aos trabalhos classificados nos três primeiros lugares.

10. DA CERTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

- 10.1. Os autores dos trabalhos aceitos e apresentados na Semana da Contabilidade 2023 da UVA, bem como, orientadores e revisores receberão certificado expedido pelo evento;
- 10.2. Os certificados serão emitidos por meio eletrônico e disponibilizados no portal <http://eventos.uvanet.br/>;
- 10.3. Os demais inscritos na Semana da Contabilidade 2023 da UVA receberão certificado de participação.

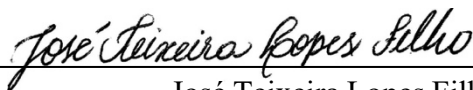
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A submissão do resumo por parte do aluno, sob orientação do professor, implica conhecimento e aceitação das normas estabelecidas neste Edital;

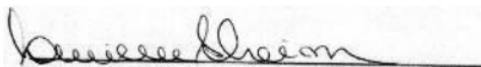
11.2. Os resultados estarão disponíveis no sítio eletrônico da UVA, em www.uvanet.br, a partir do dia 31 de outubro de 2023;

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Científica do evento.

Sobral, CE, 10 de setembro de 2023.



José Teixeira Lopes Filho
Presidente do Centro Acadêmico Padre Sadoc - UVA



Luciene Santos Lima
Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis - UVA

EDITAL Nº 05/2023
SEMANA DA CONTABILIDADE UVA 2023
ANEXO I – INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO
RESUMOTÍTULO DO TRABALHO

Nome Completo do Autor 1

Filiação Acadêmica

e-mail

Nome Completo do Autor 2

Filiação Acadêmica

e-mail

Nome Completo do Autor 3

Filiação Acadêmica

e-mail

Introdução: O resumo não necessita ser um trabalho inédito. Cada resumo deverá ocupar apenas uma página em português. Deverá conter no máximo 3.000 (três mil) caracteres, incluindo os espaços (não incluir na contagem título, palavras-chave e órgão financiador). O texto deverá ser contínuo, não subdividido em itens, sem parágrafos, sem referências bibliográficas e sem figuras ou tabelas. **Objetivo:** Deve conter introdução, objetivo, metodologia, resultados e discussão, finalizando com a conclusão. **Metodologia:** O texto deverá ser organizado no formato para folha de papel A4 (210 x 297 mm), com margens superior, esquerda, inferior e direita com 2,0 cm (utilizar este modelo de resumo com cabeçalho do evento). A formatação do texto do resumo é fonte times new roman, tamanho 11pt, alinhamento justificado e espaçamento simples. O título deverá ser destacado em negrito e escrito em letras maiúsculas, com tamanho da fonte 12 pt, espaço simples e alinhamento centralizado. **Resultados e Discussões:** Grafar os nomes dos autores com as iniciais maiúsculas, por extenso, conforme disposto acima, com tamanho da fonte 10 pt, espaço simples, alinhamento à esquerda, devendo ser o último autor, o professor orientador. Abaixo dos nomes dos autores, colocar o respectivo nome da instituição às quais pertencem e o e-mail. **Conclusões:** O nome do autor/apresentador deve ser sublinhado. Abaixo do texto do resumo, devem constar as palavras-chave do trabalho, separadas por ponto e vírgula (mínimo de três e máximo de cinco palavras) e abaixo das palavras-chave, caso ache necessário, pode ser incluído agradecimentos à Universidade, agência de fomento etc., ambos com tamanho de fonte 11pt.

Palavras-chave: Palavra 1; Palavra 2; Palavra 3.

Área de Conhecimento: De acordo com as descritas no tópico "XX"

Agradecimentos: Ao CNPq pelo auxílio financeiro à pesquisa (por exemplo).

